

Trabalho de Conclusão de Curso

Tecnologia Social e Economia Solidária na América Latina

Instituto de geociência – UNICAMP-SP

Etnodesenvolvimento: a construção do conceito na perspectiva de resistência étnica.

Coordenadores: Prof. Dr. Renato Dagnino, Henrique Novaes e Laís Fraga.

Autores: Luis Felipe da Silva Nascimento e Paulo Edison de Oliveira

Unicamp – SP

2010

Sumário

Sumário.....	02
1. Prefácio.....	03
2. Apresentação.....	05
3. Introdução.....	06
3.1. Etnia negra e influência social: recortes de entrosamento solidário.....	07
3.2. Quilombos.....	10
3.3. Fuga do Sistema e reinício organizado.....	12
3.4. Confrarias.....	14
4. O negro e sua construção de existência no sistema.....	16
5. O negro depois da abolição: clubes recreativos e culturais.....	18
6. Movimento negro no período democrático.....	21
7. Etnia negra: noção de seu espaço.....	25
8. Etnodesenvolvimento.....	32
9. Conclusão.....	42
10. Bibliografia.....	45

1. Prefácio

2. Apresentação

O avanço do capitalismo sob hegemonia financeira, ao mesmo tempo que criminaliza os movimentos sociais, necessariamente impulsiona processos de “amnésia histórica”.

O curso de especialização “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”, fruto das lutas de parcelas de alunos e professores da Unicamp que reuniram professores desta e de outras Universidades, tem um módulo de seis meses dedicado à História do Cooperativismo e os Clássicos da Autogestão. O objetivo deste módulo é colocar as lutas autogestionárias contemporâneas em perspectiva histórica, dentro de uma projeto de criação de uma sociedade para além do capital. Mais do que isso, além de recuperar algumas revoluções autogestionárias europeias, o módulo dá atenção especial às lutas dos povos latino-americanos, geralmente esquecidas ou subestimadas em função da hegemonia do marxismo eurocentrista.

Nesse sentido, o livro de Luis Felipe da Silva Nascimento e Paulo Edison de Oliveira, como fruto do Trabalho de Conclusão do Curso, cumpre um papel fundamental na superação da “amnésia histórica” ao resgatar uma matriz das lutas do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, dão uma contribuição para o debate das teorias do desenvolvimento, ao realçar a perspectiva do “etnodesenvolvimento”.

O livro foi produzido num momento histórico caracterizado pelo acirramento da barbárie em nível mundial e de um novo PAC-to de dominação no Brasil Grande Potência Ornitorrinca. A “crise estrutural do capital”, que não pode ser confundida com colapso do modo de produção capitalista, vem trazendo consequências nefastas para os trabalhadores: desemprego e subemprego estruturais, aumento crescente da exploração da força de trabalho, expropriação de bens naturais que ainda não estavam mercantilizados, destruição parcial ou completa do Estado do Bem-Estar Social na Europa e destruição da tímida face pública do Estado nos países dependentes/periféricos, aumento do analfabetismo funcional, a favelização e seu par, a “condominização” das classes dominantes.

Henrique T. Novaes
Laís Fraga

3. Introdução

A história oficial dos povos negros no Brasil sempre foi contada nas escolas, instituições e livros a partir de uma compreensão eurocentricista de concepção civilizatória que além de ignorar a cosmovisão negra africana, expropriou o conhecimento acumulado historicamente por estes povos e tentou suprimir suas tradições e valores. Numa abrangência de protagonismo o conceito do etnodesenvolvimento, que vamos discutir neste trabalho, ressalta a necessidade de revisitarmos a história do povo negro no Brasil e sua contribuição numa visão negroafricana, sempre buscando a superação do racismo e o cerceamento do direito a reprodução da vida.

O etnodesenvolvimento enquanto conceito carece de uma agregação de questões para que a luta do povo negro no Brasil seja exaltada e pontualmente os fatos de maior importância na história do povo negro seja reconhecida, neste mesmo plano apresentaremos a perspectiva negra de concepção de seu território, alinhando por fim a descrição do etnodesenvolvimento. Portanto, esta proposta se lança como uma normatização do entendimento da questão negra que se alia ao etnodesenvolvimento, desta maneira contribuindo para a construção da economia solidária brasileira, políticas públicas compensatórias de reparação e o apontamento dos limites e gargalos desta temática na sociedade brasileira.

Desde 2003 com eleição de um governo popular, as políticas públicas aos historicamente menos favorecidos estão sendo implantadas, possibilitando assim que setores e segmentos ignorados pelo Estado sejam assistidos. Deste modo buscamos contribuir com este trabalho na reflexão do que estamos presenciando nestes últimos oito anos sobre o conceito de etnodesenvolvimento, ou seja, tentativas, acertos e erros na elaboração das políticas públicas compensatórias de reparações.

O trabalho segue a partir de uma linha do tempo da história de resistência dos povos negro no Brasil, transitando com as concepções de território, solidariedade e organização, que demonstram como necessitamos visitar os pilares estruturantes que constitui a racionalidade do Estado Brasileiro, afim de assegurar um país republicano democrático e popular que garanta o estado de direito a todos os brasileiros e brasileiras.

3.1. Etnia negra e influência social: recortes de entrosamento solidário

O devido apanhado procura resgatar de maneira positiva a história do povo negro em sua luta exaustiva para a sua inserção social. O ritmo histórico traçado pelo negro através de seu gládio trouxe a formulação de uma forte atitude de Solidariedade, que se tornou uma marca cultural de importante transformação nas relações sociais. O resultante desta marca histórica só vem a preconizar que os remanescentes desta caminhada não esquecem o próprio passado e adentram em um novo estilo de vida – *A rede Social Solidária* – que desenvolve e reproduz um novo pensamento *Local* em toda a nação brasileira, que se reflete em nosso momento atual.

Entretanto, partimos do pressuposto de que todas as existências étnicas devam ter harmonia no meio em que vivem. O respeito mútuo nasce por acordos ponderados entre as inúmeras etnias, construindo, assim, avanços que sobrepujam os percalços das diferenças. De maneira notória a devida meta se detém na luta de se tornar um parâmetro de devir permanente. O presente resgate procura alinhar a trajetória do negro que na busca pela liberdade vai construindo sucessivos projetos que se fundem em um ideal de identidade plena e que na atualidade o seu ciclo torna-se uma extensão eivada de historicidade para o Etnodesenvolvimento.

Já boa parte de nosso sistema historiográfico acredita em uma visão que não enobrece a caminhada histórica do negro. Como exemplo, temos a desencorajada teorização:

“O escravismo colonial, forma singular de produção pré-capitalista, determinou formas singulares de lutas de classe. Alguns estudiosos não admitem a essência classista desta categoria social ou o caráter revolucionário de suas lutas. Isto porque o agir servil não obedeceu aos padrões de resistência anticapitalista das classes modernas – alto nível de consciência, partidos e sindicatos, conquista política do poder etc.”(FILHO, 1948, p:15)

Como explicação a esta máxima temos o seguinte argumento: a escravidão colonial reduzia o homem à condição de coisa, de objeto inanimado, de mercadoria. Esta redução tinha um sentido preciso.

“Como instrumentum vocale, o agora escravo podia ser utilizado como o agente fundamental do esforço produtivo escravista. Castrado em sua humanidade, definido pela lei e pelos hábitos sociais como propriedade de outrem, como objeto de uso, como mercadoria produtora de mercadoria, o cativo tornava-se a pedra basilar da sociedade negreira.”(FILHO, 1948, P:57)

Através de um novo panorama iremos começar uma reflexão que nos possibilite redefinir as linhas da história do povo negro. O método que se segue aqui é o de juntar os acontecimentos heróicos da história negra, partindo de nossa colonização até o período atual, mostrando que os feitos do passado geraram causas em nosso período contemporâneo. Todavia, esta conjunção de fatos se caracteriza como uma pré-introdução ao Etnodesenvolvimento, pois tudo na vida é interconectado e processual.

De início o aspecto mais importante que precisamos respeitar a força física e mental das etnias negra para sobreviver na travessia do atlântico em condições desumanas, pois através deste acontecimento tivemos grandes narrativas de sua não estagnação dentro da história brasileira. Por isso, com referência em Rafael Sanzio, temos o tráfico demográfico forçado da África para a América, ocorrendo durante quase quatro séculos, demonstrando, assim, o espírito de resistência dos africanos que não morreram na travessia.

“A mortalidade no curso da travessia foi um dos contextos mais violentos na Geografia Negreira. Em média, 15% da população embarcada, ou seja, algo em torno de 1,6 a 2 milhões de seres humanos africanos, desapareceram no Oceano Atlântico, fato que o torna o maior cemitério de registro na história. As referências indicam que 30% foi o percentual da mortalidade no século XVI; de 12% no fim do século XVIII, devido à diminuição da duração da travessia, da melhora das condições de higiene e da alimentação dos africanos e de 15% no século XIX, no período do comércio ilegal” (Dorigny, 2007). (ANJOS, 2009pp 29-36)

O negro que não morreu no perigoso trajeto se acultura e deixa de lado as suas antigas rusgas tribais. O contexto de vida forçada pelo colonizador português unifica as várias etnias do continente africano em um novo território. O devido conluio deu outras formas de estigmatizar o negro no período do tráfico. Uns foram chamados de “ladinos” pelo fato de aprenderem rápido à língua portuguesa, os nativos da mãe África que mantinham o linguajar de origem se designavam boçais, e os que foram nascendo no Brasil eram designados como crioulos. Este conglomerado étnico nem sempre agia sob os

mesmos interesses, mas a grande parte foi se unindo com o passar das décadas devido à vida difícil e sua não inclusão no meio social colonial.

A vida no eito árduo ocasiona uma série de conseqüências que nas circunstâncias de Mário Maestri (1988, p: 65) os arquivos brasileiros vão ter :

“uma infinidade de papéis judiciários – processos, autos de declaração etc. – que se referem às mais variadas formas de agressão escrava ao mundo dos senhores. O escravo roubava o seu senhor e os outros senhores. Para libertar-se de sua triste e dura existência, fugia das senzalas, das residências senhoriais, das fazendas. Não raro fugia da própria vida. Inúmeras vezes, o escravo levantou o braço armado contra os ‘brancos’. Nestes casos, a lei senhorial ou do Estado eram geralmente impiedosas. No século XIX, enforcavam-se amiúde escravos acusados de ferir gravemente ou justicar seus senhores e capatazes.”

O panorama descrito em muito nos explica os dissabores dos cativos e os fatos elencados a seguir serão a justaposição de uma nova releitura que valere a caminhada do negro.

3.2 Quilombos

Através dos estudos “afro-brasileiros” dos anos 30 Mário Maestri descreve que alguns intelectuais apresentaram as primeiras tentativas de uma análise sistemática do quilombo. O quilombo foi definido como fenômeno decorrente da persistência da cultura africana na sociedade escravista brasileira. Estes trabalhos entendiam as concentrações quilombolas como uma forma de resistência cultural e tribal africanas à escravidão. Nina Rodrigues, em 1905, analisando os quilombos de Palmares, defendia o seu caráter africano:

“(...) em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivale aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta.” Handelman já afirmara sobre a organização palmarina que, “tanto quanto podemos concluir pelas escassas notícias dos portugueses, (Palmares) faz inteiramente lembrar um estado africano”.

Nisso Maestri (1988, p:124-5) comenta que Arthur Ramos, em “*A aculturação negra no Brasil*” referiu-se aos quilombos, em geral, e a Palmares, em particular. Depois de assinalar a presença de concentrações de alçados em diversas regiões e épocas do Brasil escravista, definiu como essencial à confederação palmarina o seu caráter “africano” e “contra-aculturativo”. Palmares não teria constituído um quilombo como tantos outros, mas sim um verdadeiro esforço para a organização de um Estado “negro”.

Conforme Clóvis Moura (1987, p: 18) o quilombo era um grupo defensivo. No entanto, em determinados momentos tal formação tinha necessidade de atacar a fim de conseguir artigos e objetos, para se manter, especialmente pólvora e sal. Fazia igualmente sortidas para conseguir mulheres e novos membros para o reduto. Para os seus núcleos convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados. No mais, estes tinham contato com os grupos de bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas. Mas nem só de emboscadas viviam os quilombolas Décio Freitas (1982, p: 45) nos exemplifica que o negro plantava “milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata, legumes. Duas semanas antes do plantio preparavam o terreno com grandes

queimadas. A preparação das terras, a semeadura e a colheita se faziam coletivamente. Celebravam o término da colheita com uma semana inteira de festejos em que todos folgavam, dançavam, comiam e bebiam. Mantinham também extensos pomares com toda variedade de árvores frutíferas.

Neste contexto Mário Maestri (1988, p:131) diz que o quilombo entra em um nível mais elevado de divisão de trabalho. “Esta inserção dava-se mais comumente através do estabelecimento de relações sistemáticas de troca (comércio ou escambo) com a formação escravista. Em alguns casos, estas relações chegaram a ultrapassar as fronteiras nacionais. Os quilombolas do rio Trombetas vendiam seus produtos no próprio Suriname. Através deste relacionamento, os quilombos cediam gêneros alimentícios – caça, lenha, etc.- e obtinham produtos de impossível ou de difícil produção nos quilombos – ferramentas, armas de fogo, tecidos, pólvora, sal, cachaça, etc.”

O motivo do crescimento dos quilombos se dava por uma série de circunstâncias favoráveis, tais como ter isolamento maior, ou uma boa fertilidade do solo, e nisso também a possibilidade de recrutar novos membros para o grupo entre a população escrava, contudo, estes mesmos protagonistas tinham de se organizar de forma sistemática, criando uma estrutura para a comunidade. Os quilombos não eram um conglomerado de negros “bárbaros”, mesmo que alguns compêndios ainda teimem em repetir tal afirmação. No entanto, à medida que o conluio crescia, o mesmo procurava organizar-se internamente para poder pôr em funcionamento os grupos populacionais no reduto. Com isto, tinham de surgir formas de governo, religião, propriedade, família e especialmente economia. (MOURA, 1987, p: 33)

Contudo, Palmares foi um território paralelo com leis próprias estabelecendo uma economia a parte do regime português. A solidariedade do quilombola é a marca do negro que se conecta em nosso presente. O arranjo do quilombo de Palmares através de vilas periféricas formando um círculo comprova a referida solidariedade. Os cinco quilombos, um no centro e os demais em volta demonstravam-se num cerco estratégico onde existiam proteção e camaradagem. Com suas fartas lavouras Palmares escoou produtos no eixo norte e sul do Brasil.

3.3 Fuga do sistema e reinício organizado

De maneira oportuna podemos dizer que as relações sociais quando permeadas por dificuldades cotidianas se tornavam um espaço fértil de avanços e negociações com o capital. Tais negociações existiram no passado do povo negro, por isso podemos apreciar o seguinte relato histórico do pesquisador Paulo Roberto Staudt Moreira:

“... Nas frágeis e delicadas negociações cotidianas mantidas entre senhores e escravos, existia um pequeno espaço para os próprios cativos procurarem influenciar na troca de seus proprietários. O desgaste das relações entre esses agentes – e talvez o temor de que pudessem chegar a um impasse trágico (justiçamento dos senhores, por exemplo) – levava a que não raras vezes os cativos pudessem agenciar a sua própria transação, andando com “bilhetes de venda” ou arranjando um “padrinho”. (MOREIRA, 2003, p:46)

Seguindo ainda neste panorama temos como caracterizar o motivo das fugas:

“... Existiam as “fugas” rompimento, que declaravam o fim das negociações e a busca de alternativas de vida fora de qualquer acordo com os senhores, mas também existiam as “fugas reivindicatórias”, uma espécie de greve que funcionava como protesto por melhores condições de vida e trabalho e que tinham na maioria dos casos curta duração com o retorno espontâneo do escravo ou a obtenção pelo mesmo de um padrinho que agenciasse a sua venda [...] (Opcit.,2003,p:47)

As duas citações revelam a mobilidade e a tenacidade do negro que se desvela de seus grilhões com artimanhas não observadas por nossa historiografia nacional. Por este decoro o sistema judicial teve de se readaptar, pois o escravo negro produzia tensões que poderiam quebrar a harmonia vigente do sistema conservador. Observa-se também a construção de amizades através do apadrinhamento, que também era uma ação fora de seu vínculo étnico. Todavia, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira (2003, p:175) transcreve que os escravos tinham uma busca sistemática por jornais locais para publicar suas próprias denúncias. Muitos dos populares tiveram de se adaptar, percebendo que as denúncias escritas (ou requerimentos) lhes davam mais chances de atrair e sensibilizar o poder público, e que os documentos

comprobatórios de direitos, como as cartas de alforria, testamentos e inventários, tinham que ser guardados.

Embora o analfabetismo do negro fosse uma realidade que atingisse a muitos nós não podemos tomar os mesmos como sinônimo de estagnação, pois era através do uso de solicitadores, vizinhos alfabetizados, que muitos africanos e descendentes se aproximaram do mundo da leitura. No meio urbano, trabalhadores livres e escravos são encontrados com freqüência nos mesmos locais de trabalho e lazer, ocorrendo, assim, o intercâmbio de experiências e aumento de conhecimento literário para o seu coletivo. Uma das importantes áreas de atuação dos trabalhadores negros nas cidades era a esfera doméstica. Nas casas dos patrões, os negros podiam com facilidade tomar conhecimento de matérias publicadas nos jornais e comentá-las durante os momentos de lazer, ou nos serviços de rua, pois essas informações podiam ser passadas para o restante da comunidade.

3.4 As confrarias

No período de 1711 teremos as confrarias dos negros *“eram organizadas como irmandades, compostas por negros livres, escravos e mulatos, dedicados à educação religiosa e à benemerência social. Estas irmandades existiam na Península Ibérica desde os tempos medievais, sendo depois desenvolvidas na América Espanhola, África portuguesa e Brasil.*

As confrarias, a exemplo das irmandades dos brancos, deviam prestar assistência aos membros da comunidade, nos períodos de doença, propiciar-lhes enterros cristãos, compreendendo-se com a libertação dos escravos. Para os negros livres ou libertos, participar das rezas e festejos era importante, assim como ser indicado e eleito como rei ou rainha de uma confraria. Como a sociedade escravocrata era muito rígida, as confrarias foram uma forma de conquistar um melhor espaço social.” (BERNARD & BAKOS, 1991, p: 23)

De acordo com o ponto de vista da historiadora Lisiane Susan Müller (1999) o contato do negro com este espaço permitiu com que o mesmo pudesse absorver a rotina burocrática do sistema, aprendendo a fazer uso das regras propostas pela organização. Com este desfecho o negro remaneja a estrutura para os seus próprios ideais. O uso de um dado espaço, o desempenho das tarefas, o acúmulo de bagagem cultural, aliados com a sutileza e a própria sabedoria, trouxeram, assim, mudanças sociais. Inseridos neste contexto o negro pode construir uma igreja própria para difundir a sua mensagem. A oportuna entidade lhes permitia organizar cultos próprios, angariar fundos e a trazer uma melhor morte, tudo isto protegido pela bandeira cristã. As irmandades conseguiam desempenhar livremente as suas atividades com respaldo legal.

E neste mesmo contexto de mobilidade teremos as *Caixas Libertadoras* que não tinham sócios efetivos ou protetores. O capital era conseguido mediante o apelo público feito pelo próprio jornal ou cartas circulares, doações espontâneas e, principalmente, o pecúlio para os futuros libertados. Contudo, as alforrias, em boa parte, se deram na compra dada pela acumulação dos próprios cativos, outros, por fim, eram auxiliados por familiares e pela comunidade. Alguns poucos contaram com a sorte, mas a quase totalidade deve ter gasto as energias na acumulação gradual de poucos recursos, em um processo arriscado, permeado por desgastantes e negociações cotidianas. Dentro disso, a idéia de família que existia entre muitos dos escravos e libertos são encontrados em documentos que descrevem situações nas quais

extrapolavam os laços consangüíneos, unindo a todos os indivíduos por um passado comum, como a herança africana. Na tentativa de ultrapassar as várias barreiras que tornavam suas existências precárias e sofridas, os libertos encontravam apoio nas redes de sociabilidade criadas pela vizinhança, com a qual tinha cruza, complementando-se com a estrutura familiar. Nisto se percebe que os mesmos viviam próximos e irmanados pela existência comum do cativo. Para muitos grupos populares, a carência em termos de condições estáveis de trabalho fez (e faz) com que as redes de proteção dadas pela vizinhança crescessem em importância, daí encontramos referências abundantes de empréstimos entre parceiros, vizinhos e patrícios. Sobre isto temos a seguinte passagem:

“A africana Carlota, aos 55 anos, conseguiu alforriar-se, pagando 800\$ mil réis ao seu senhor José Azevedo Pais, obtido com o “empréstimo de suas parceiras” (APERS – LTPA nº 21, folha 52, 4-5-1871; sobre a questão da “sociabilidade primária”, ver Castel, 1998, p.24). (MOREIRA, 2003, p: 275)

4. O negro e sua construção de existência no sistema

Em isolado pode-se referendar também que no período monárquico existiram muitos escravos que se candidatam para serem substitutos de seus senhores ou de algum parente dos mesmos que procuravam ganhar a simpatia das autoridades Imperiais, através de libertos por *Comissões* especialmente organizadas para angariar braços para o exército. Por este motivo, boa leva dos senhores, não vinham a enfrentar a Guerra do Paraguai, agindo dessa forma para salvar a própria pele.

Ao longo do século XIX – principalmente na segunda metade – Paulo Roberto (2003, p:287) descreve que podemos perceber uma crescente intervenção do Estado nas relações entre escravos e senhores. A Lei do Ventre Livre acelerou tal processo, instituindo a matrícula geral dos escravos – sem a qual o cativo deveria ser considerado liberto - oficializando o pecúlio (capital que o cativo conseguisse arrecadar, trabalhando por si ou enganando o senhor) e determinando que, caso esse pecúlio fosse suficiente para sua alforria, teria direito à mesma por acordo com seu senhor ou arbitramento judicial. A penetração do Estado numa das mais fundamentais manifestações do poder senhorial - o monopólio da concessão da liberdade – certamente provocou mudanças nas relações de força entre escravos e senhores, reforçando a atuação do Poder Judicial ao qual, constantemente, recorriam os cativos em busca de melhorias sociais. Acompanhando esse processo, principalmente após a Lei de 1871, aumentaram as ações dos cativos na justiça pedindo o pagamento do preço de suas avaliações, no momento em que peritos arrolavam os bens em inventário.

De acordo com Elciene Azevedo (2004, p: 38) o grande personagem histórico chamado Luiz Gonzaga Pinto da Gama fez dos tribunais dos jurídicos um espaço privilegiado de sua atuação abolicionista. Aproveitou-se das brechas nas leis que regiam a escravidão, ampliou os limites de sua interpretação e contribuiu, ao lado dos escravos e de muitos aliados, para desestruturar a política escravocrata sem romper com as normas jurídicas vigentes. Como homem negro, ilegalmente escravizado, que conseguiu a própria liberdade, Luiz Gama se transformou em um dos mais destacados advogados de causas libertárias em São Paulo. A sua mobilidade e desenvoltura no universo letrado

da elite paulistana, redigiu jornais importantes, colaborou em outros e aliou-se a importantes grupos políticos, como a maçonaria e o Partido Republicano Paulista. Construiu alianças que reforçavam suas causas, sem nunca deixar, no entanto, que esquecessem que era negro e havia sido escravo. (Azevedo, 2004. p.38)

Já Hebe Maria Mattos (2005, p: 20) cita outros homens importantes na luta racial tais como: **André Rebouças** (1838 – 1898). Filho do conselheiro Antonio Pereira Rebouças, político e advogado mulato, e de Carolina Pinto Rebouças, nasceu na Bahia, mudou-se para a Corte, estudou na Escola Militar, e formou-se engenheiro. Em visita aos EUA nos anos 1870 revoltou-se com a segregação racial e mais tarde aderiu à Sociedade Brasileira contra a escravidão e à Confederação Abolicionista. Monarquista, exilou-se junto com a família imperial, em 1889;

José do Patrocínio (1854 – 1905). Filho do padre e dono de escravos João Carlos Monteiro e de sua escrava Justina do Espírito Santo, nasceu em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Embora farmacêutico, optou pelo jornalismo atuando em periódicos abolicionistas como a Gazeta de Notícias e a Gazeta da Tarde. Com André Rebouças lançou, em 1883, o Manifesto da Confederação Abolicionista, e ao lado de Joaquim Nabuco fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Editor de O Abolicionista, para ele a Abolição deveria ser sem indenização aos senhores, mas com educação e trabalho para todos;

E por último **Francisco de Paula Brito** (1809 – 1861). Carioca, filho de carpinteiro, nunca foi à escola, mas tornou-se poeta, tradutor, jornalista, editor e livreiro famoso, a ponto de D. Pedro II imprimir todo o material oficial em suas oficinas. Em 1833, publica o *Homem de Cor*, considerado um dos primeiros jornais a discutir o preconceito racial. (Mattos, 2005, p. 20)

5. Os negros depois da abolição: clubes recreativos e culturais

Conforme, a tese de mestrado – “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*”- Liane Susan Müller afirma que em 1905 surgem os clubes recreativos e culturais com base nos primeiros fundadores das irmandades do rosário. As novas organizações só vieram a reforçar o antigo trabalho realizado pelas confrarias do rosário que se encontravam dentro de nossa unidade nacional. No mais as associações possuíam diferentes gêneros tais como: as dançantes, as beneficentes, as instrutivas e as que incorporavam todas as atividades fins das outras. Os negros buscaram este novo espaço pelo fato de não estarem incluídos na vida recreativa da fração social de origem européia. A construção deste espaço permitiu o negro a lograr a própria pompa e prosperidade nos palcos e salões. As associações recreativas normalmente organizavam passeios e concursos de beleza, visando uma melhora na estima do povo negro. Boa parte dos feitos aqui citados provém do Rio Grande do Sul, embora existissem outras associações de negros no país com práticas semelhantes.

As questões de cunho humanitário são tratadas nas associações beneficentes e instrutivas. De forma usual teremos o atendimento de crianças abandonadas e de velhos em orfanatos e asilos de brancos que não estavam atidos a estes indivíduos com o devido zelo. Para isso, as associações beneficentes prestavam-se em diminuir as aflições de seus conterrâneos, através de caixas de doações para o socorro médico, compra de remédios, e a garantia de um enterro digno, além disso, esses feitos aprofundavam a consciência do negro.

No campo da instrução os negros pretendiam combater o analfabetismo que desnivelava os negros socialmente. O letramento em larga escala se fazia necessário, pois dessa maneira os negros poderiam atingir o *status* de cidadãos. As sociedades dramáticas também ofereciam o ensino das primeiras letras. Mas com o ensino das peças teatrais da história do negro enquanto construtor do Brasil. Essas associações freqüentemente montavam pequenas bibliotecas no interesse de atender operários negros e seus filhos, fundando escolas noturnas. Na capital do Rio Grande do Sul a existência destas entidades comprova a procura de um bom público de negros com capacidade de freqüentar e pagar as suas mensalidades, nos anos de 1909 e 1910. Em

volta dessas associações era muito comum se germinar grupos de operários gráficos que fundavam jornais. Este tipo de imprensa vinha a divulgar as atividades sociais e também visavam o combate do preconceito racial. Contudo, os repetidos editoriais ajudaram a desenvolver diversas campanhas de alfabetização.

No período do Governo Provisório de Getúlio Vargas o país passava por uma conturbada conjuntura e neste instante é que se propicia um momento de discussão sobre os direitos trabalhistas, onde se tem o não favoritismo dos trabalhadores nacionais em prol dos imigrantes dentro do mercado nacional. Originários das senzalas os negros operários aproveitaram o momento para discutir os direitos raciais do país. Por este sentido a Frente Negra Brasileira passou a pautar o papel da temática racial no estado brasileiro, que estava fragilizado economicamente. Dentro disso, em 1933, Getúlio Vargas recebe Isaltino Veiga dos Santos, representante da FNB (Frente Negra Brasileira – fundada em 1931).

Doravante, o governo Provisório ratifica o reconhecimento da existência da Frente Negra, com suas reivindicações e respectivo apoio, para o governo, como parte constitutiva de um projeto de nacionalidade brasileira. No dia dez de maio de 1933 também surge a Frente Negra Pelotense no Rio Grande do Sul e esta em seus estatutos denotava que a instrução era o principal mecanismo de inclusão do negro na competição no mercado de trabalho. Essa gama de eventos começou a fazer com que a FNP se aproximasse da FNB pelo seu caráter de ideias totalmente integralistas. Por conseguinte, a FNP estendeu uma campanha em direção ao aumento da auto-estima da comunidade negra. A campanha evocou muitos heróis negros como: José do Patrocínio, os irmãos Rebouças, Cruz e Souza, Tobias Barreto e outros.

Entretanto, devemos desvelar o teor da existência das Frentes Negras. Estas organizações por fim não puderam se tornar um orgulho do Movimento Negro, pois as suas influências se originavam pela ideologia Fascista de Mussolini. Mas as existentes frentes denotaram um sintoma de legitimação dos cidadãos negros: - uma maior organização. Os negros organizam um movimento de teor político, e os mesmos, dessa forma, desenvolveram uma imprensa onde exercitavam permanentemente a sua intelectualidade com muita preocupação com o poder político.

Estes devidos antagonistas da história negra brasileira acabam na lembrança de sua audácia singular. O referendado exercício intelectual legitimou estes negros como uma marca paradoxal, pois dentro disso existia o fator positivo de ajudar os seus iguais e por outro lado o fetiche do autoritarismo Fascista que não se encaixava com os mesmos, além disso, em suas organizações o branco só poderia participar como minoria, dando por fim o entendimento de uma não igualdade. Por isso, estes baluartes ávidos pelo poder não foram nenhum exemplo de solidariedade, entretanto, os negros que ousaram em não se engajar em correntes eugênicas construíram um novo pensamento refletindo sobre o seu passado de luta após o regime da ditadura.

6. Movimento negro no período democrático

De acordo com Julio Cesar de Souza Tavares o movimento negro organizado no Brasil se confunde com a história da luta pela democracia. A presença negra na história da democracia eclode fortemente nos períodos de recrudescimento das lutas pelas liberdades democráticas. Assim foi em 1945, em 1978, e mesmo mais recentemente, em 2001. Desde 1945, com a criação do *Teatro experimental do Negro*, se identifica um movimento social negro latente por prosperidade. Devido à experiência adquirida na luta democrática que se estende de 1970 até 1978, vamos ter a luta contra a discriminação racial retomada com o MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial), que emerge do clamor dos protestos contra a morte de um jovem paulista chamado Robson. Destarte, o MNU se constituiu em um exemplo para a diáspora africana de língua latina na América do Sul, além disso, a sua seriedade toma vulto quando o movimento canaliza apoio das lideranças religiosas afro-brasileiras (Candomblé e Umbanda), da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (AIB), do Movimento pela Anistia e muitos outros setores. Durante a década de 1980 o MNU amplia o seu número de núcleos para as inúmeras regiões do país, com encontros culturais, políticos e acadêmicos. (GARCIA, 2008, p.11)

Henrique Cunha júnior (2001) descreve que os movimentos sociais na década de 70 fazem a sua retomada vagarosa em uma nova perspectiva de luta. Esta retomada começou com um número diminuto de militantes, dos quais eram seis ou sete em São Paulo, uns dez em Porto Alegre e outra meia dúzia no Rio de Janeiro. O pronunciado ponto de partida se deu através de um intenso trabalho de revisão histórica do país e da avaliação de movimentos passados. Por consequência, tinha-se agora uma nova roupagem que incorpora uma crítica ao capitalismo, produzindo uma perspectiva socialista. Outro ponto importante é a valorização da cultura negra e dos fatores positivos ligados à vida da nossa população negra.

Do Brasil povoado e construído por uma massa de trabalhadores de origem escrava e que três quartos da história desse país tornou-se sinônimo de

trabalhador negro, criou-se a nítida confusão entre trabalho e raça. Portanto, existe uma especificidade histórica no passado brasileiro, onde teremos o entrelaçamento da questão do trabalho à questão de composição racial/ étnica, para socializar o debate e processo de entendimento das relações de trabalho, que necessariamente combateu e até hoje age lutando contra o subproduto autoritário e o preconceito da discriminação interclasse.

Dessa forma, o MNU através de seus militantes inseridos no movimento sindical consegue solidificar a compreensão de sua identidade étnica elevando-a como uma busca norteadora, que por fim, remodela a concepção dos direitos humanos, trazendo assim um grande destaque para o Partido dos trabalhadores (PT). Nacionalmente o referido partido através deste segmento adquire uma fala e uma força incomparável, pois os outros partidos ainda galgam letargicamente para entender que o mundo é composto por pluralidades.

Neste quadro os negros ancoram projetos que subsidiam a sua própria causa para combater o racismo em três configurações: *na exaltação das origens africanas no Estado brasileiro, no pensamento de integração entre as etnias e a permanente inserção do movimento negro em partidos de esquerda.* A primeira configuração se fundamenta na ideia de que a cultura africana existe e se corporifica em diferentes lugares do país, mostrando-se diferente da cultura européia, por esse motivo tal pensamento se evidencia na busca de sua própria auto-estima para fazer um contra ponto ao domínio cultural. O culto na filosofia religiosa dos orixás, as cantigas de terreiros, os costumes lingüísticos, estéticos e mais os costumes exteriores (Reggae e Hip-hop) e a capoeira seriam o exemplo de nossa ancestralidade.

A segunda configuração seria o pensamento de integração étnica em solo brasileiro que se dá pela influência da figura estrangeira de Martin Luther King, pois o seu exemplo de coexistência influencia a muitos militantes. Muitos militantes encampam a política de cotas como uma prática de integração, isto porque, os mesmos acreditam que a sua etnia terá uma relativa igualdade com a sociedade branca. Uma concepção de reparação histórica na luta pelos direitos civis e igualdade jurídica. Essa prática ainda está em fase de amadurecimento, embora a mesma esteja ocorrendo em concursos e universidades.

Por último se apresenta a terceira configuração que é a presença do negro nos partidos de esquerda. Mesmo o ambiente intelectualizado dos movimentos de esquerda nós vamos perceber a existência de preconceitos nos partidos, sindicatos e esferas do Estado. O sujeito de etnia negra nestes espaços atua na esfera de poder para quebrar a lógica da não pluralidade. O exercício da alteridade nestes espaços modifica e reeduca os indivíduos que modestamente podem atingir uma ressignificação de seus próprios conceitos, pois o preconceito possui cura. Notavelmente os cidadãos de esquerda habitam um campo em que o plano de crescimento é a abertura para novas idéias, por isso, muitos apresentam uma grande propensão para receber conhecimentos que melhorem a vida partidária. É fundamental compreender que o debate não se restringe somente a superação da desigualdade econômica e a exploração do trabalhador, pois o racismo, assim como o machismo antecede o capitalismo. Deste modo, devido a essa série de fatos selecionados podemos descrever que o negro não fora um indivíduo passivo na construção da história da nação brasileira. Desde as primeiras ações até o período contemporâneo podemos constatar atos solidários que contribuíram no comportamento social coletivo de nossa unidade nacional. Uma parcela do jeito de ser brasileiro vem desta luta do negro, apesar de termos também a luta indígena e o caráter inovador de aceitação por parte de outras etnias. Contudo, o nosso racismo é uma ação velada e diferenciada, pois em outros países tal ato corre de forma ostensiva. Este exercício intelectual não acaba por aqui, pois o negro como indivíduo transformador continua engendrando maneiras que contribuam e aumentem a solidariedade, gerando, assim, desenvolvimento coletivo. Nessa situação Paulo Freire nos dá um belo aporte para tocarmos a luta no campo das inovações sociais, onde o mesmo diz que:

“mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. A ética se torna inevitável e sua transgressão possível é um desvalor, jamais uma virtude”.(1998, p:20).

Conforme Ciro Flamario (1983, p: 35) nós poderemos somar também a concepção marxista da história humana que parte:

“de princípios que talvez possam ser sintetizados assim: a realidade é mutável, dinâmica, em todos os seus níveis e aspectos; as mudanças do social são regidas por leis cognoscíveis que, num mesmo movimento de análise, permitem explicar tanto a gênese ou surgimento de um determinado sistema social quanto suas posteriores transformações e por fim a transição a um novo sistema qualitativamente distinto: o anterior implica afirma que as mudanças do social conduzem a equilíbrios relativos ou instáveis, ou seja, a sistemas históricos-sociais cujas formas e relações internas (a estrutura de cada sistema) se dão segundo leis cognoscíveis. Em suma, o marxismo admite tanto análises de tipo dinâmico, quanto de tipo estrutural, exigindo porém que ambos sejam vinculados num único movimento cognoscivo.”

Vygotsky também nos aponta que o homem:

“é um ser histórico, que se constrói através de suas relações com o mundo natural e social. O processo de trabalho (transformação da natureza) é o processo privilegiado nessas relações homem mundo. A sociedade é uma totalidade em constante transformação [...]. As transformações qualitativas ocorrem por meio da chamada ‘síntese dialética’, onde, a partir de elementos presentes numa determinada situação, fenômenos novos emergem [...].”
(KOHL,1995,p:28)

7. Etnia negra: noção de seu espaço

Antes de pronunciarmos a construção do chamado Território devemos lembrar um pouco da questão geográfica. Nos estudos do geógrafo Ruy Moreira a geografia científica, tal como hoje é conhecida e popularizada a partir da escola, com seu nascimento no período de 150 anos e se estende a partir de 1750. Sobretudo, a disciplina é filha do século XX. Nasce entre os alemães Kant, Humboldt e Ritter, entre os mais proeminentes. Entretanto, o autor lembra que a Geografia é um saber muito antigo, pois esta “nasceu” (ou os registros datam deste período) entre os gregos, junto com a Filosofia e a História. Tal ocorrido se fez porque a Grécia teve as ditas lutas de democracia entre os povos da antiguidade. O comércio por ser a raiz de sua base social levou os mesmos a se organizarem por cidades-estado. Com os romanos a Geografia restringiu-se a constituir-se em arma, para a formação, do vasto império. O saber geográfico aqui se submete a fins expansionistas, a Geografia neste período se concebe como relatos e mapas a serviço do Estado.

Dos romanos à “idade da ciência” (séculos XVIII – XIX) a Geografia terá sua imagem cunhada como um inventário sistemático de terras e povos. Na rápida passagem da idade média teremos o século XVIII, onde a história da Geografia se é determinada pela Europa, ou precisamente pela Alemanha. Contudo, o ato de pensar a geografia será a maneira de se organizar um dado território, podendo, assim, ser uma formulação territorial concreta ou abstrata.

Por isso, pontualmente, aqui nos referendamos na obra “*A emergência da multiterritorialidade*”, que possui a junção e o entendimento destes dois territórios, fazendo com que a cultura negra se enalteça deste coadunado pensamento como uma manifestação territorial. No ofício dessa nova compreensão humana podemos contemplar a opinião de Nelson Rego (2008, p: 9-10) que pega para si a mesma explicação de Haesbaert para definir *Continuum* “como aquele que vai do território relacionado ao poder constituído com o declarado sentido de dominação, associada ao controle de funcionalidade e do valor de troca, ao território relacionado com o poder na acepção de uma apropriação simbólica, associada às marcas do vivido e ao valor de uso. Os extremos do *continuum* não são distintos mecanicamente e não pode se perder de vista que, aqui, se transita pelo uso da metáfora

construída para permitir uma leitura do real – neste, movimenta-se uma multiplicidade de manifestações representadas como ações que vão fluindo entre as polaridades, combinando de modos variantes multiplicidade de poderes, de sujeitos envolvidos e de estratégias para o exercício das territorialidades.

Nesta mesma obra Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa e Cláudia Luísa Zeferino Pires e Vanda Ueda (2008, p:13-14) comentam que “a territorialidade” passou a ganhar importância de debate no momento em que se manifestam transformações como a reestruturação econômica, a reforma do Estado e a consolidação do meio técnico-científico informacional. No mais os mesmos informam que Sack olha a territorialidade como uma estratégia, pela qual se pode obter controle do acesso a determinada área de interesse. Raffestin explica o processo de desterritorialização-reterritorialização na construção, perda e reconstrução de vínculos com o território. No ideário de ambos o poder não é uma exclusividade política. De maneira oportuna a territorialidade pode assumir uma dimensão local. Pelo motivo de o poder ser social constrói-se assim certezas de manifestações culturais e até da estética a elas associadas. A multiterritorialidade em sua pertinência resulta das “contradições do projeto da modernidade, da persistência da injustiça, da não inclusão dos seus desiguais.” Em análise dessa consequência temos o poder a solta e o mesmo é social com livre acesso.

Rogério Haesbaert ainda detalha que todo território é ao mesmo tempo, de modo obrigatório, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço, tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados”. O território é um elemento funcional, no mais o mesmo serve como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais”-“matérias-primas” que variam em importância de acordo com os modelos sociais vigentes. (HEIDRICH, et al., 2008, p: 21-22).

Assim o mesmo caracteriza rapidamente um esquema de o *continuum*:

Território funcional	Território simbólico
<i>Processos de dominação</i>	<i>Processo de apropriação (Lefebvre)</i>
<i>Territórios da desigualdade</i>	<i>Território da diferença</i>
<i>Território sem territorialidade (empiricamente impossível)</i>	<i>Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)</i>
<i>Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)</i>	<i>Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)</i>
<i>Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)</i>	<i>Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança efetiva)</i>

Ultimamente na vida contemporânea nós teremos uma gama de novos entendimentos que são o exercício de uma releitura feita com base no passado. A devida apreciação produziu novos entendimentos que findaram por modificar eternas verdades conceituais. Oportunamente nós iremos ponderar ideias sobre o espaço, pois o sujeito negro em seu imaginário possui também um entendimento sobre a questão Territorial que abarca as duas idéias citadas acima, porém, isto ocorre de maneira simultânea. Embora pareça ser muita pretensão desejamos explanar um pouco sobre este entendimento, pois a etnia negra vem interagindo nesta questão, construindo, assim, uma gama de interesses divergentes do mundo globalizado.

A partir desse entendimento geral é que temos a possibilidade de uma série de urbanidades, comunidades, aglomerados, quilombos, grupos e qualquer outra definição de coletividade negra, fundamentalmente também uma relação planetária de solidariedade e de experiências singulares de autonomização. O horizonte último é a eliminação das divisões raciais na humanidade sem a destruição do princípio da multiplicação cultural que sustenta e permite a sobrevivência da humanidade. A nacionalização dos diferentes territórios

negros dos quais o samba, as religiões de matriz africana e o quilombo, se evidenciam como o mais avançado processo de controle ideológico de uma população excluída do ponto de vista étnico. Por outro lado, a invasão do estilo mercantilizado ocidental sobre os territórios negros tendem a uma “ossificação”. Por esta via, temos uma “padronização” de comportamentos sob o modelo da concorrência econômica que destruiu os fundamentos da concepção cosmológica e do nosso modo de ser africano. A relação da subjetividade africana com sua exterioridade social, animal, vegetal e cósmica se encontram de maneira comprometida como em um movimento geral.

Por conseqüência, essa epopéia do negro repensar o território se dá com base na reflexão de algumas leis arcaicas do passado de nosso país que influíram muito na estagnação e atraso da cultura afrodescendente. A primeira seria a proibição do negro de freqüentar a escola. Como exemplo disso, temos a antiga lei¹ nº 14 de 22 de dezembro de 1837 do Rio Grande do Sul. E por segundo temos a lei de terras de 1850 que conforme Mário Theodoro (2008, p:19) esta teve a função de alterar e regular a forma de aceder à propriedade da terra (inclusive terras públicas) instituída nas duas décadas anteriores, a lei de terras procurou ainda definir os meios para operar a colonização, principalmente por incentivos à imigração de trabalhadores europeus pobres. Esta lei não visou dar incentivo ao povo negro, por isso, os mesmos não puderam se desenvolver economicamente em igualdade com os imigrantes.

Contudo, Mário Theodoro (2008, p: 20) afirma que a imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. Em 1884, a lei nº28, aprovada pelo legislativo paulista, garantindo recursos para que o governo estadual financiasse a imigração, afirmava que os beneficiários seriam trabalhadores europeus e suas famílias. Ainda em 1890, o governo republicano recém–

1 INSTRUÇÃO PÚBLICA-Lei nº14 de 22 de dezembro de 1837. Antônio Elizario de Miranda de Brito, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte: DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA - CAPÍTULO I - DAS ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA(-----)Art.3º - São proibidos de freqüentar as Escolas Públicas:(-----)§ 2º Os escravos,e pretos ainda que sejam livres, ou libertos.(-----)

Mando, portanto a todas as autoridades a que o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e trinta e sete, décimo sexto da Independência do Império.

Antônio Elizario de Miranda Brito (L.S). Carta de lei para qual V. Ex^a manda executar o Decreto da Assembléia provincial, providenciando acerca da Instrução Primária das aulas nesta Província, como acima se declara. Para V. Ex^a ver. José Miranda e Castro a fez. Nesta Secretaria da Presidência foi publicada a presente Lei em 23 de Dezembro de 1837. João Cunha Lobo Barreto. Registra a fl. 59 v. do livro 1º de leis. Secretaria do Governo em Porto Alegre, 8 de janeiro de 1838.Germano Severino da Silva (BARBOSA,1987, p:49)

instituído publica o decreto nº 528, de 20 de junho, onde se institui a livre entrada de imigrantes nos portos brasileiros, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.

Neste aspecto o não acesso do negro a leitura significa que o mesmo não possuía entendimentos das leis e o exercício de territorialidade da intelectualidade negra de 1978 foi o de recolonizar o próprio pensar, almejando mais e mais o gosto pelo erudito acadêmico, campo em que o conhecimento acelera a obtenção de posses materiais e imateriais que impulsionam o coletivo na construção do próprio desenvolvimento. O território da sensibilização nasce da mobilização do negro e conscientização da sociedade através da construção de falas no âmbito do direito em todos os campos das ciências sociais, tudo isto com referência a lei de terras. Devido a estas releituras o negro entende que o espaço é primordial no próprio sustento de sua cultura.

No ideário de Milton Santos (2008, p:37-38) entenderemos que a fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que estamos chamando de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação. O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer, junto com Sorre (1948) e André Sigfried (1955), que esse é o momento da criação do meio técnico, que substitui o natural. Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitem desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

A globalização é um fenômeno que afeta a conjuntura da etnia negra, por isso, podemos notar que os mesmos passam a atuar na busca de uma maior

inclusão no sistema. Os conglomerados econômicos agora se defrontam com novos personagens, os emergentes, que sorrateiramente unidos por uma ampla rede social solidária concretizam um novo modelo de comércio alternativo. O Território sob esta nova ótica se insere como contraponto ao capital e o mapa do trabalho brasileiro adquire novos contornos e a economia passa a entender que o povo também luta pelo mundo sem fronteiras.

Os negros de esquerda reforçam a mesma luta dos povos quilombolas e exaltam a proposta de autonomia e desenvolvimento. Neste contexto a valoração da cultura africana não se fixa a um parâmetro fechado, além disso, este ideário, em seu princípio, não permite que haja isolamento étnico que exclua os diferentes no horizonte de humanidade. A suposta entrada no território comercial se dá com apoio governamental e a etnia negra através de seus contatos promove união e crescimento mútuo, sob a bandeira de um livre comércio, onde se inclua os pequenos, sem a hegemonia dos poderosos.

Com a definição de um novo cenário oriundo da competição entre empresas e territórios, teremos a introdução de inovações por empresas e organizações que geram existências mais flexíveis de organização da produção e constroem novos espaços produtivos, ao mesmo tempo em que as cidades e as regiões passam a dar respostas estratégicas aos desafios dados pelo aumento da concorrência nos mercados. Nisso, Antônio Vásquez em muito nos contribui mencionando que as cidades e as regiões voltam a colocarem-se na questão do desenvolvimento, ou seja, estas seguram os fatores que determinam os processos de acumulação de capital, na busca de uma alternativa capaz de atender as necessidades e demandas dos cidadãos.

Entretanto, Antônio Vásquez pondera que (2001, p:15) a *“globalização é um processo vinculado ao território, não apenas porque envolve nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização. O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países regiões e cidades. Por isso, as empresas não competem de forma isolada, além disso, refazem o entorno produtivo e institucional, estimulando por consequência a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho.”*

O Etnodesenvolvimento como mecanismo de sistema local mais as suas relações resultam na formação de uma grande frente que desencadeia uma gama de processos onde teremos o crescimento e a mudança estrutural na

economia local e regional. São as parcerias entre os empreendimentos solidários que irão permitir a manutenção dos rendimentos crescentes para a população deslocada do circuito das grandes empresas.

8. Etnodesenvolvimento

Como toda e qualquer concepção construída pela espécie humana existe a necessidade de contextualizar o processo histórico desta formulação, afim de não incorrerem em equívocos sobre este conceito adotado desde 2003 no governo federal. O MDA, MTE-SENAES, MEC, Minc, SEPPPIR e MDS utilizaram este referencial para elaborar políticas públicas que beneficiassem os povos tradicionais, indígenas e quilombolas.

Compreender a origem e os referenciais se tornou necessário para analisar a execução e os resultados das políticas públicas em consonância com o direito de autodeterminação destes povos no Estado Republicano e Democrático Brasileiro. Segundo Raquel Fabiana Lopes² as transformações ocorridas nas Cartas Magnas dos Estados Nacionais Latino-americanos e que reconhece a diversidade cultura e étnica que compõe as nações, inicia a partir da Constituição Brasileira de 1988, ou seja, a mudança de que as nações são multiétnicas e pluriculturais. É importante salientar que este termos não estão explicitados na Constituição Federal Brasileira, mas podemos interpretar nos artigos 210, 215 e 231³.

² Colaço, Lopes Thaís Luzia - Doutora em Direito. Professora do Programa de Pós-graduação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC- e Sparemberger, Raquel Fabiana - Doutora em Direito. Professora dos Mestrados em Desenvolvimento da Universidade de Ijuí - UNIJUI e Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul- UCS - no Artigo: O DIREITO DAS MINORIAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: O PAPEL DAS MULHERES INDIGENAS NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL DE SUAS COMUNIDADES. https://docs.google.com/viewer?url=http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/raquel_fabiana_lopes_sparemberger.pdf

³ Artigo 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Artigo 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto

O conceito do etnodesenvolvimento surge de dois movimentos, o primeiro a partir da crise de paradigma da sociedade contemporânea possibilitando assim o reconhecimento de outra visão de desenvolvimento contrária a esta racionalidade que forjou o individualismo, a propriedade privada e os princípios éticos e estéticos que orientam o modo de vida presente. O segundo movimento que será a formulação de Rodolfo Stavenhagem e Bonfim Batalha no México, não exclui o primeiro, mas fundamenta os estudos e baliza historicamente os direitos conquistados ao longo dos séculos.

A sociedade contemporânea inquestionavelmente adota os direitos humanos como um legado das lutas e resistências as opressões contra o ser humano, e tem no Estado o conjunto das instituições responsáveis de zelar por este principio inalienável.

Já o movimento pelos direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nasceu da própria resistência contra a opressão e possui suas especificidades a partir da história do desenvolvimento territorial e cultural. Cada etnia re-significa a sua herança cultural de acordo com as influências e relações estabelecidas no processo de colonização e dominação, mas a concepção de mundo e os valores ancestrais não foram suprimidos pela dominação e imposição dos valores da cultura ocidental européia. A resistência a dominação propiciou que permanecesse valores nas relações antes menosprezados, mas que na busca de alternativas ao modelo de vida presente emergisse com considerável respeito e necessidade.

A relação dos povos tradicionais com o mundo – as coisas, seres, pessoas, o incompreensível/imaterial/imensurável, a moral, a ética - caracterizada pela denominação de cosmovisão, concepção que não parte da separação do ser

exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

humano da natureza nem a necessidade de dominá-la para benefício próprio de uma busca incansável por algo que não se sabe ou pode definir.

Obviamente que não se trata de anacronicamente enaltecer suas tradições e valores como o modelo ideal de sociedade justa, solidária e com igualdade de condições, afinal o debate moral parte sempre do referencial construído historicamente.

Nestas últimas décadas surge no México a partir da história de resistência dos povos indígenas e da sensibilidade de dois intelectuais a sistematização do conceito de etnodesenvolvimento que busca relacionar o direito de autodeterminação dos povos com o efetivo reconhecimento na sociedade democrática. Para isso o debate se pauta na definição de países multiétnicos e pluriculturais reconhecidos nas Constituições Cidadãs dos Estados Nacionais.

Esses dois intelectuais, Bonfim Batalha e Rodolfo Stavenhagem sintetizaram o que podemos chamar de referencial teórico de fundamentação científica das ciências sociais na luta por conquistas de direitos destes povos.

A importância desta fundamentação se distingue por substituir a visão romântica destes povos sobre a necessidade de tutela e inocência. Segundo estes autores *“O etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”*(Rodolfo Stavenhagem 2001).

“O etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadro técnicos – antropólogos, engenheiros, professores, etc., - de modo a conformar unidades político-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais nestes existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico de terem a capacidade de impulsioná-lo” (Bonfil Batalla 1982).

Esta definição demonstra que os povos tradicionais possui o direito a vida, a manifestar sua compreensão milenar de reprodução de sua existência, protagonizar as decisões sobre seu futuro e sua vida. Para estes povos a maior herança herdada compreende que a relação entre o ser humano e a natureza no trabalho não podem ser separada, nem a idéia de seres superiores e independente das outras espécies viva.

Contudo compreendemos que o Estado Nacional se configura como espaço de disputa dos detentores do modo de produção que dialeticamente se contrapõem a efetiva garantia dos direitos. O exercício do monopólio da força do Estado pode ser mais ou menos repressivo ou democrático a partir do interesse dos grupos sociais que possui maior força econômica ou influência social gerando conflitos sociais e opressão. Podemos considerar como fatores causadores destes conflitos a ausência de respeito e compreensão a diversidade de religião, hábitos, costumes, valores, origem, recursos naturais, riqueza e território, mas, sobretudo, a disputa por privilégios em detrimento do reconhecimento ao direito de reprodução cultural.

Rodolfo Stavenhagem aponta nos *Conflitos étnicos y los estados nacionales* a dificuldade ao longo da história dos Estados Nacionais mediar os interesses dos grupos étnicos na organização social, obviamente fruto da concepção de formação de uma identidade nacional e dos interesses dos grupos sociais que estão no governo. Principalmente depois da luta pelos direitos civis e humanos que eclodiu nos anos 50. Os exemplos são diversos e muda desde a luta por territórios, crença, poder, cultura, etc., enfim, sempre por disputa de sobreposição de valores e dominação. Para compreender melhor estes conflitos Stavenhagem cunhou a reflexão sobre as tipologias dos conflitos étnicos, mas o recorte considerado mais significativo para entender esta relação acontece na análise sobre o acirramento dos conflitos com o surgimento do neoliberalismo.

No neoliberalismo o Estado mínimo esvazia as políticas públicas que reconhece e amplia os direitos, construindo uma relação de disputa e sobreposição dos valores mercadológicos em prejuízo das especificidades e identidade cultural. Ao impor relações de trabalho baseada nos valores capitalista a reprodução da vida e a produção de conhecimento ganha dimensões conflituosas de natureza cultural.

A contemporaneidade é caracterizada pela sociedade de massa refém da produção econômica que organiza o trabalho transformando tudo em mercadoria, e os estados nacionais servem para garantir esta estrutura de funcionamento e controle. Entretanto, o que podemos destacar são as relações sociais que sustentam esta construção por meio de significados e valores imanentes das mercadorias produzidas e comercializadas.

Nas relações sociais manifestadas no trabalho expressam a dimensão cultural de uma dada sociedade, segundo Álvaro Viera Pinto, *“O trabalho constitui, por definição, um fenômeno total da sociedade, revelando-a em todos os aspectos. Pelo trabalho, visando à produção em si, o conjunto social se apresenta formando a verdadeira totalidade humana, e logo se desenham as relações dialéticas de implicação mútua que ligam todas as fases. Se compreendermos que a tecnologia é função do estado de desenvolvimento do trabalho social, e não feito do desenvolvimento imaginário do espírito ou da “cultura”, vemos logo não poder estar naquele aspecto particular a explicação do conjunto; é o conjunto da sociedade que explica as técnicas nela existentes.”*

Nestas citações é apontada a importância das relações de trabalho na reprodução da vida, ou seja, no desenvolvimento de tecnologia, nas relações de poder e a complexidade dos valores sociais.

Refletir sobre as relações de trabalho é fundamental para pensar a mudança dos valores que determinam o modo de vida capitalista e a sociedade contemporânea, pois as propostas e pesquisas sobre o desenvolvimento são orientadas pelo crescimento econômico, ampliação da tecnologia para aumentar a produção e conseqüentemente a melhora das condições de vida, ou melhor, o aumento do poder de compra, já que tudo se tornou mercadoria, até o acesso a direitos. Os cidadãos tornaram-se usuários como afirma Milton Santos⁴ um consumidor, e não obstante os negros e indígenas são os que menos têm acesso aos direitos, obviamente por um processo histórico que carece de revisão crítica sobre a igualdade de direitos.

A República brasileira deu continuidade ao processo de segregação oriundo do Império e colônia, sendo, pois o exercício da democracia e os direitos um caminho recente trilhado pelo povo brasileiro. É inquestionável a dívida histórica do Brasil para com estes povos que aqui estavam antes da colonização e o sangue derramado para construir este país, mas quando se fala de reparação os ânimos se exaltam devido a dificuldade de elaborar e implementar políticas públicas de reparação dado o processo de miscigenação da formação do povo brasileiro. Por isso, a análise do Stavenhagem sobre a tipologia dos conflitos étnicos é sugestivo para pensar a relação com o estado a construção de políticas públicas e conseqüentemente o desenvolvimento dos

4 Santos, Milton. Espaço Cidadão. Edusp. 2007.

povos tradicionais com autonomia e protagonismo, com respeito e valorização dos conhecimentos ancestrais.

Poucos estudos foram efetivamente desenvolvidos sobre os conflitos étnicos no Brasil, a grande maioria dos trabalhos não se debruçaram sobre uma tipologia dos conflitos, ao contrário os estudos tipológicos na sua origem se caracterizaram ideologicamente por uma classificação orientada pela hierarquização das raças a partir da estrutura econômica. As nomenclaturas sobre o povo brasileiro que podemos destacar: cafuso, crioulo, cabloco, mameluco, cabrocha, mulato, pardo, etc, foram forjadas sem fundamento científico, a partir da cor da pele e das diferenças sociais.

Longe de responder as críticas dos intelectuais que acreditam e formula a concepção de preconceito ao contrário, negando a necessidade de políticas públicas compensatórias e de reparação, existe uma debilidade histórica para compreender as diversas etnias no Brasil, primeiro as teorias sobre a formação da nação brasileira que quiseram homogenizar o povo brasileiro, posteriormente os dilemas étnicos dos dados censitários. Ilustrativamente se observamos o primeiro censo, o de 1872 há uma confusão no quesito cor e raça, pois antes de 1940 não se emprega o termo cor⁵. No censo de 1872 e 1890 a classificação raça era utilizada na coleta, neste período as classificações foram “preto, pardo, branco e cabloco”, numa concepção de grupos sociais distintos economicamente, já no censo de 1920 o quesito racial não esteve presente e no censo de 1940 houve uma alteração na terminologia de raça para cor. Poderíamos ainda entrar no debate sobre o significado destes termos, mas constataríamos o que já sabemos a amplitude do preconceito racial na formação do povo brasileiro.

Enfim, toda esta análise sobre o censo pode ser discutido a partir das diferentes formulações sobre a identidade do povo brasileiro, desde a sua imagem para o exterior no final do século XIX, a visão hierarquizante e poligenista da teoria do branqueamento e, até as teses da democracia racial, mas o fundamental, segundo Alexandre de Paiva, é compreender que há um vácuo na caracterização do povo brasileiro, e com certeza isso repercutir no desenvolvimento de políticas públicas garantidas na Constituição segundo a concepção de país multiétnico e pluricultural.

⁵ Camargo, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. pag. 365.

Os desdobramentos desta análise são diversos e férteis para pesquisas e formulações, como por exemplo, os temas de desenvolvimento local, resistência, conhecimento ancestral, a relação social na reprodução da vida, o efetivo direito na construção de políticas públicas, a reparação histórica, o protagonismo, etc.

Entretanto, outra grande dificuldade de debater este tema diz respeito a carecia de estudo que reconhece o conhecimento e a tecnologia desenvolvida pelos povos tradicionais, mas a partir da concepção dialética que a produção de conhecimento é fruto do acúmulo histórico da humanidade, ou seja, o conhecimento acumulado destes povos apesar de ter contribuído para o desenvolvimento da sociedade não é reconhecido, pois foi expropriado e serve de instrumento de dominação. Rafael Sanzio⁶ diz *“Um dos efeitos políticos da distorção e da invisibilidade da África nas estratégias do sistema dominante é o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à sua historiografia em todas as histórias da humanidade. As matrizes culturais e tecnológicas do continente africano foram as mais comprometidas pelo racionalismo científico e as estratégias de dominação, ocultação e apropriação dos saberes ainda são contextos não resolvidos neste início de século XXI.”*

Para ilustrar esta ideia podemos citar o problema de implementar a lei 10639/2003, uma vez que historicamente os conhecimentos dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas foram expropriados e as instituições de ensino, pesquisa e extensão, aquelas que legitimada pelo estado defini a verdade histórica e as linhas de pesquisa não acumularam ou fomentaram a produção intelectual que contrapusesse a estereotipação e reconhecesse a contribuição histórica destes povos, o que propicia uma lacuna na formação dos educadores e reprodução do imaginário popular preconceituoso e individualista.

Podemos citar diversos exemplos para ilustrar a reflexão que estamos desenvolvendo, mas vamos olhar para uma construção orgânica⁷ de militantes

6 Anjos, Rafael Sanzio Araújo dos. QUILOMBOS – GEOGRAFIA AFRICANA CARTOGRAFIA ÉTNICA TERRITÓRIOS TRADICIONAIS. MAPAS Editora & Consultoria. Brasília. 2009. Pág. 19.

7 Por intelectuais se deve entender não só as camadas comumente entendidas com esta denominação, mas em geral toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. O autor (Gramsci) diferencia a concepção de intelectual, intelectual orgânico e intelectual tradicional. O intelectual, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico desde um tecnólogo ou um administrador de empresas até um dirigente sindical ou partidário. Os intelectuais tradicionais podem ser membros do clero ou academia, por seu turno, podem tanto se vincular às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais. O chamado intelectual orgânico é entendido como aquele que se mistura a massa levando a essa conscientização política, ele age em meio

que na relação com o estado e o movimento social se propõem levantar a realidade local numa relação de diálogo e revisão histórica sobre os conceitos que orientam as políticas públicas emancipatórias de autodeterminação dos povos.

Retornando ao debate de desenvolvimento das comunidades, a sustentabilidade é, na mesma medida, o protagonismo das comunidades na construção do seu destino, fundamento base para a construção do modelo de desenvolvimento. Considerando que os atuais parâmetros de concepção de desenvolvimento e progresso construídos através da associação da renda *percapita*, PIB, mortalidade infantil e outros de enfoque econômico com gastos são restritivos na monitoração, avaliação e execução do etnodesenvolvimento. Considerar a ampliação conceitual do protagonismo das comunidades, a partir de necessidades humanas básicas endógenas, a cultura local, os aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos são fatos tão determinantes quanto à questão econômica. O relacionamento e a interação entre estes fatos devem ser os fatores determinantes de sustentabilidade e desenvolvimento das comunidades. O histórico da existência de vida social, as trajetórias comuns, o sistema social, político, econômico e cultural, a preservação da identidade coletiva são elementos estratégicos tanto para a atualização de identidade coletiva quanto para formulação e execução de políticas públicas.

A definição dos quilombolas, quanto parcela da população, como grupo étnico-racial, com trajetória própria, constituídos através de relações territoriais específica com base na ancestralidade negro-africana e afrodescendente de resistência a opressão histórica sofrida, devendo esta realidade ser fator determinante para superação dos fatos de invisibilidade. A etnicidade deve ser levada em consideração, devendo ir para além da questão fundiária, portanto a terra se torna uma estratégica de continuidade para o próprio grupo, no entanto esta não é uma condição exclusiva de existência, pois o território não está restrito somente ao espaço geográfico, isto porque, ele une o plano das atitudes, objetos, relacionamentos, enfim tudo que lhe diz respeito.

ao povo, nas ruas, nos partidos e sindicatos. Assim, o intelectual é tanto o acadêmico, o jornalista, o padre, o cineasta, o ator, o locutor de rádio, o escritor profissional, quanto o intelectual coletivo, em suma todo homem é um intelectual em potencial. <http://pt.shvoong.com/social-sciences/642429-gramsci-conceitos-intelectual-hegemonia-sociedade/>

O território e a identidade estão relacionados como um estilo de vida, uma forma de ver, fazer e sentir o mundo. Um espaço social próprio, específico, com formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais para a comunidade. Bens esses que se transformarão no legado de uma memória coletiva ou patrimônio simbólico. O desenvolvimento solidário enquanto alternativa ao modelo atual que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Esta alternativa que promove o desenvolvimento sustentável, onde a produção, distribuição e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de emancipação, instituição de direitos sociais a partir de uma visão de alteridade, valorização e agregação das diferentes etnias as relações de gênero, uma nova cultura de solidariedade.

E para este segmento a autogestão, enquanto atitude crítica frente ao modelo hegemônico, denota que a solidariedade e a democracia não são valores mercantis. Todavia, esta nova forma de organizar a produção, o consumo e a distribuição dos bens socialmente produzidos; acarretam em experiências alternativas para as comunidades Quilombolas. Por isto, este desenvolvimento procura integrar os negros como novos sujeitos sociais que em sua história fora esquecida pelo mundo da produção.

É por esta tentativa que temos o etnodesenvolvimento como ação estratégica no processo de tomada de consciência crítica. Por este plano vamos ter a apropriação dos bens materiais e imateriais de cultura e identidade ancestral, agregando e reconhecendo nestas aspirações, o necessário protagonismo que institua o reconhecimento das aspirações das comunidades Quilombolas. Por fim, o mesmo coletivo terá o controle de sua própria vida e do seu próprio desenvolvimento econômico, mantendo e fortalecendo sua identidade dentro do âmbito do país.

Não obstante, a dita transformação aqui descrita se apresenta indolor e invisível. Segundo a '*Utopia militante*' do professor Singer nós teremos a existência de dois modelos de *Revolução*. O primeiro modelo designa a existência de uma ação violenta, como a que ocorrera na França e como segundo modelo temos a ação que sob a forma harmônica se mostra silenciosa, tal como foi na revolução industrial da Europa.

Cordialmente, o movimento negro de cunho esquerdista acredita em uma revolução social sistêmica, pois esta é a brecha que o capitalismo não estancou. A conquista de pequenos espaços, cercos geográficos e cercos políticos estão se dando, e logo assim, um imenso mosaico munido de uma nova ética social se origina como um fenômeno não previsto. A nova ética que se propaga permeando as realidades locais do cotidiano é a revolução silenciosa.

9. Conclusão

A história dos primórdios de nossa solidariedade advém da insurgência do sistema escravocrata, onde distintas etnias africanas se tornam únicas dentro da senzala. Durante o período de escravidão o negro enaltece determinados projetos. Os seus planos foram se concretizando na busca de possibilidades que trouxessem sua liberdade. A fuga, o aquilombamento, a beligerância ou as negociações foram importantes estratégias que modificaram o nosso Estado Nação. O rompimento com a senzala trouxe afinidades entre os ex-escravos, por este fato, tais ocorridos estabelecem amenizações no agir e organizar da sociedade, além disso, boa parcela dos negros que se libertam para adentrar no meio urbano, onde repetem a mesma proposta, dentro das irmandades e organizações culturais. O negro ao sair da função de escravo e ao passar para o ofício de trabalhador constrói laços sociais com a comunidade 'branca'.

Na vida do cativo o negro desfaz o estágio de alienação para se inserir no sistema como cidadão. Os problemas conjugados com a luta incessante moldam o seu espírito com o passar dos anos. Sem dúvida por motivo de necessidades o negro modifica a si e o seu ambiente circundante, resultando assim um jeito novo de ser isto é, um modo diferente de viver e gerir a vida. O manejo do próprio rumo se mostra como um exercício de territorialidade. De modo culminante no período democrático teremos os negros unidos de forma consciente acelerando ainda mais o processo do plano de inserção social e de seus direitos para um dito bem viver. O etnodesenvolvimento nesse ínterim vem a surgir como um novo reforço da luta ancestral do negro, pois este projeto político abre mais um caminho na via da inclusão social e também simultaneamente o mesmo promove a ação do exercício territorial baseado na solidariedade.

A caminhada do negro vem a mostrar que paulatinamente se constroem estancamentos nos projetos de barbarização social dos antigos colonizadores até o atual período com os opressivos capitalista neoliberais. Entretanto, a dita barbarização resiste aos nossos dias atuais e a luta do negro de igual modo também, com o intuito de remediar esta fatídica situação. O racismo é um mecanismo básico de usurpação étnica, pois colabora na separação e no escalonamento de coletivos sociais para o despótico capital. A devida tática

maquiavélica possui objetivo de quebrar a união coletiva para melhor conquistar o seu lucro sem que muitos percebam a realidade.

A promulgada ação do negro na sociedade atual mostra que o mesmo impôs os seus direitos para que haja a existência de sua comunidade tradicional, que com o passar dos anos não adquire recursos tecnológicos de ponta. Tais conseqüências atuais se devem a herança gerada pela lei de terras de 1850 e pela lei que proibia o negro deter o acesso a escola pública. O uso legal da terra e a inserção do negro na escola foram atividades muito tardias. Inúmeras diferenças se atenuaram e o negro ficou relegado a um estado de atraso no campo econômico.

Desde 2003 o governo Federal adota o etnodesenvolvimento para a construção de políticas públicas que beneficiem os povos tradicionais. Todavia, em fim, a denotada perscrutação vem a normatizar o conceito como uma nova ferramenta que o povo negro se apossa com muita propriedade. O pormenorizado assunto se presta dar a seriedade científica e legitimidade as pessoas que lutam diariamente para tal acontecido, pois dentro de nossa sociedade existe pouca produção. A descrição aqui trabalhada traz um belo capital simbólico para o povo negro e uma nova carga de informação para aguçar o mundo da intelectualidade. O negro em sua caminhada histórica do período colonial até o momento de nosso presente desencadeou mudanças sociais através de sua construção por uma maior mobilidade em nossa unidade nacional. O desenvolvimento aqui descrito faz menção da reação em cadeia pela construção do povo negro ao entrar em contato com o estado através de uma nova política pública que lhe traz privilégios, pois o mesmo quando apossado com recursos atinge outros indivíduos por movimentar a economia simples sem auferir uma desigual concentração de riquezas. O etnodesenvolvimento no Brasil surge para promover inclusão e humanização econômica, quebrando, assim, o antigo entendimento de desenvolvimento econômico tradicional que promove o individualismo e a propriedade privada sem princípios éticos.

Contudo, de forma tranqüila podemos inferir que a etnia negra se enquadra no segmento solidário apresentando-se como uma marca de grande imponência que se desenvolvera desde os quinhentos anos de nossa existência. Porém, o Estado brasileiro precisa apreciar o próprio fruto nacional, entendendo que o

elemento afro amadureceu estas terras por meio de seus costumes, construindo, assim uma grande união pluriétnica. No mais, a devida inferência faz um resgate histórico do cerne básico de nossa raiz solidária, que hoje não é conceitualmente o mesmo organismo de economia solidária, porém, entretanto, com a justaposição destes conceitos podemos estender que ambos comungam dos mesmos valores éticos e humanitários.

O etnodesenvolvimento gera glória, pois como política pública ajuda as comunidades periféricas a manterem o seu ritmo de vida sem cortar o contato humano, priorizando, assim, o tempo natural e não os momentos mecânicos contabilizados pelos nossos aparelhos de pulso. Por fim, o destacado tema comunga e ao mesmo tempo valoriza a história ancestral do povo negro. Entretanto, em contrapartida, este assunto não deixa de vislumbrar novos compromissos, isto porque, as redes de tecnologias sociais podem se tornar em outra etapa, pois a comunidade negra pode melhorar ainda mais o próprio desenvolvimento.

10. Bibliografia

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. QUILOMBOS – GEOGRAFIA AFRICANA CARTOGRAFIA ÉTNICA TERRITÓRIOS TRADICIONAIS. MAPAS. Editora & Consultoria. Brasília. 2009.

AZEVEDO, Luciene. *In: Nossa História – abaixo as mulheres*. Ano 1 / nº3, janeiro de 2004; Editora: Biblioteca Nacional.

BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira – depoimentos, entrevistas e textos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARBOSA, Eni. O processo Legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, CORAG, 1987.

BATALHA, Guilherme Bonfil. Simbosis de culturas. Consejo Nacional Para La Cultura Y Las Artes y El Fondo de Cultura Económica. 1993. México.

BERNARD, Zilá e BAKOS, Margaret M. O negro – consciência e trabalho. Porto Alegre: ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos estudos históricos. Editora: Herder, São Paulo, 1958.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Cadernos Negros. Volume 24. São Paulo: Quilombo hoje, 2001.

FANO Frantz. OS CONDENADOS DA TERRA. Editora Civilização Brasileira 1979. 2ª Edição.

FANO Frantz. PELE NEGRA e Mascaras Brancas. Editora Fator. 1983.10ª EDIÇÃO.

FILHO, Mário Maestri. Depoimentos de Escravos Brasileiros. São Paulo: Icone, 1988.

FLAMARION S.CARDOSO, Ciro. Uma introdução à história. 3ªed. – São Paulo: editora: Brasiliense, 1983.

FREITAS, Décio. Palmares a guerra dos escravos. RJ: Edições Graal LTDA, 4ª ed., 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra 1998, 7ª ed.

GARCIA, Januário. 25 anos 1980/2005 Movimento Negro no Brasil. Brasília: Fundação Palmares, 1008, ed. nº2ª.

HEIDRICH, Álvaro Luiz, et al. A emergência da Multiterritorialidade – a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ed. Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Selo Negro. 2005-SP. 1ª Edição.

MAESTRI, Mário. A servidão Negra. RS – Porto alegre: Mercado Aberto, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *In*: Nossa História – abolição. Ano 2 / nº19, maio de 2005; Editora: Biblioteca Nacional.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os cativos e os Homens de Bem. RS – Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. São Paulo: Brasiliense, 1994, ed. nº14ª.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, .A Travessia da Kalunga Grande.EDUSP IMPRENSA OFICIAL.2000-SP.1ª EDIÇÃO.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1987, ed. nº7ª.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro. Ática. São Paulo. 1998.

MÜLLER, Mary Stela. CORNELSEN, Julce Mary. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias: 155.5ª ed. Atual. Londrina. Eduel, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil. USP. Fundação Palmares. 2002.

MUNANGA, Kabengele. História do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira. Brasília: Fundação Cultural Palmares-Minc/ CNPq, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. VOZES Petrópolis. 1980.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombo. Edição FAC – Similar do Jornal dirigido por Abdias do Nascimento de dezembro de 1948 a julho de 1950. RJ 1-10.

OLIVEIRA, Antônio Eunize de. Jean-Jacques Rosseau. Editora: Universitária-pedagogia da liberdade. João Pessoa, UFPd., 1977.

OLIVEIRA, Marta Khol de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. Editora: Scipione, São Paulo, 1995.

PINTO, Álvaro Vieira. O Conceito de Tecnologia. Contraponto. 2005. RJ. Vol. I.

RODRIGUES, João Carlos. O negro brasileiro e o cinema. Editora Globo.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: A Construção do conhecimento: 144 3ª ed. Rio de Janeiro. DP& A editora. 2000.

SANTOS, M. O País Distorcido. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. Debates Territotio y Movimientos Sociales. Ano VI Nº 16 ENERO ABRIL 2005. Pág. 255.

SANTOS, Milton. O espaço do Cidadão. EDUSP. 2007.

SINGER, Paul. Uma Utopia Militante.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Conflictos étnicos y estado nacional. Consejo Nacional Para La Cultura Y Las Artes y El Fondo de Cultura Económica. 2000. México.

THEODORO, Mário. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil, 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2ª ed., 2008.

VÁSQUEZ BARQUERO, Antônio. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

WEDDERBURN, Carlos Moore. O Racismo Através da História: Da Antiguidade À Modernidade. SECAD/MEC. 2007.